

## A trapaça ambiental

Caro Marcio Santili

Li com atenção sua crítica a meu projeto de modernização do Código Florestal, que leva o título de “Reacionário e Predatório”, mas iniciada com a ressalva que me distingue na condição de “companheiro de lutas nos tempos de ditadura e protagonista de uma longa e respeitável carreira política”, embora, em alguns momentos, o calor das posições termine por incinerar não só a elegância dos termos como a substância dos argumentos. De fato, enraizado na opacidade em que está, você teria dificuldades intransponíveis para enxergar não só fatos e conceitos meridianos, como o de que Código Florestal não tem o escopo de estabelecer uma *política florestal* e, ao contrário do que você imagina, interfere substancialmente na prática da agricultura – a ponto de, após sucessivas, desastrosas e incompreensíveis alterações, tirar o agricultor brasileiro da sua condição de herói nacional para estigmatizá-lo como um criminoso ambiental. Também nos separa a sua concepção da floresta como um valor autônomo na natureza, separada e protegida do Homem, dos homens do presente e do futuro, como se fôssemos estranhos no ninho da Mãe-Terra, quando de verdade empreendemos há milênios a grande aventura da exploração sustentável dos recursos naturais, para sobrevivência e glória da espécie, hoje com a consciência de que tal trajetória não deve conduzir à tragédia de um mundo inabitável.

Se o debate reveste-se de termos científicos, permita-se uma citação um tanto longa de um dos maiores pensadores que a Humanidade já conheceu:

“Tanto a ciência da natureza, como a filosofia, descuidaram inteiramente, até agora, de investigar a influência da atividade humana sobre o pensamento; ambas só consideram a natureza de um lado e o pensamento do outro. Mas é precisamente a modificação da Natureza pelos homens (e não unicamente a Natureza como tal) o que constitui a base mais essencial e imediata do pensamento humano; e na medida em que o homem aprendeu a transformar a natureza que a sua inteligência foi crescendo. A concepção naturalista da história – tal como se verifica, por exemplo, em Draper (John William, 1811-1882) e outros homens de ciência – encara o problema como se exclusivamente a natureza atuasse sobre os homens e como se as condições naturais determinassem, como um todo, o seu desenvolvimento histórico. Essa concepção unilateral esquece que o homem também reage sobre a natureza, transformando-a e criando para si novas condições de existência” (Friedrich Engels, *A Dialética da Natureza*, Editora Paz e Terra, 1979).

O cientificismo positivista que você opõe à minha devoção ao materialismo dialético como uma ciência da natureza não terá o condão de me converter à doutrina de fé que é a teoria do aquecimento global, ela sim incompatível com o conhecimento contemporâneo. Ciência não é oráculo. De verdade, não há comprovação científica das projeções do aquecimento global, e muito menos de que ele estaria ocorrendo por ação do homem e não por causa de fenômenos da natureza. Trata-se de uma formulação baseada em simulações de computador. De fato, por minha tradição, filio-me a uma linha de pensamento científico que prioriza a dúvida à certeza e não deixa a pergunta calar-se à primeira resposta. A par dos extraordinários avanços e conquistas que a Ciência tem legado ao progresso da Humanidade, inserem-se em sua trajetória inumeráveis erros, fraudes ou manipulações sempre tecidas a serviço de interesses dos países que financiam determinadas pesquisas ou projeções. Tenho a curiosidade de saber se, os que hoje acatam a teoria do aquecimento global e suas afirmadas causas antropogênicas como um dogma pétreo, são os mesmos que há alguns anos anunciavam, como idêntica certeza divina, o esfriamento global. Tal cientificismo tem por trás o controle dos padrões de consumo dos países pobres, e nesse ponto permita-me repudiar a pecha de “delírio pseudonacionalista” – pois são profusamente evidentes as manobras para estocagem dos nossos recursos naturais com vistas à melhor remuneração da produção agrícola dos países desenvolvidos. Ao contrário do que pensam os que mudaram muito mais do que mudou o mundo, o chamado *movimento*

*ambientalista internacional* nada mais é, em sua essência geopolítica, que uma cabeça de ponte do imperialismo.

Na direção oposta ao que sustenta a corrente ideológica a que você se filia, existe uma antiga e sólida Política Florestal Brasileira, escrita à margem do Código em debate. Foi com base nela que nosso País, desde a antevisão de José Bonifácio de Andrada e Silva, o idealizador da reserva legal que nenhum país desenvolvido ousou adotar, logrou manter índices incomparáveis de cobertura florestal. Nenhum país do mundo preservou suas matas como o Brasil. Segundo o pesquisador da Embrapa Evaristo Eduardo de Miranda, há oito milênios, quando era zero nossa capacidade de destruição, tínhamos 9,8% das florestas mundiais; hoje são 28,3%. – a ponto de mantermos de pé nada menos de 69,4% de nossas florestas primitivas. As áreas reservadas, na forma de parques, florestas nacionais, etc. somam 478 unidades de conservação federais e estaduais sob proteção integral, com 37 milhões de hectares, além de 436 áreas de uso sustentável que se estendem por 74 milhões de hectares. E mais 10 milhões de hectares serão demarcados na Amazônia ao longo desta década. Por óbvio, têm sua legislação específica.

Não sei se é de seu conhecimento, mas o Código é apenas uma lei no cipoal legislativo brasileiro, composto também de decretos, medidas-provisórias, portarias, resoluções que genericamente constituem o arcabouço da legislação ambiental. Temos, por exemplo, um Programa Nacional de Florestas, instituído pelo decreto n.º 3.420, de 20 de abril de 2000. Não caberia no código uma *política florestal* que extrapolasse a regulamentação do uso do solo na perspectiva de sua exploração racional compatibilizada com a proteção da cobertura florestal. Logo, a omissão de menções a esta riqueza incomparável, que soubemos preservar e convém que preservemos para o futuro, não quer dizer de forma alguma desprezo pelo que tão heroicamente conservamos. Ao contrário, preservamos para usar em nosso benefício e não para atender aos que já derrubaram suas matas, secaram ou poluíram seus rios, envenenaram seu ar e agora querem nos ensinar o que eles não souberam fazer ou não fizeram por arrogância e desrespeito à natureza. Oxalá o Brasil e seu povo não cedam a mais esta trapaça do neoliberalismo.

Aceite um abraço saudoso dos velhos tempos.

Brasília,

Aldo Rebelo